

"Expressei meu grande protesto e horror para o ministro de Defesa e o premiê de Israel e exigi uma explicação."

De Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU, ontem, após tropas israelenses atacarem o prédio-sede da UNRWA (agência da ONU para refugiados palestinos), em Gaza. O premiê de Israel, Ehud Olmert, disse que o ataque foi uma resposta a disparos inimigos saídos daquele local.

A "ortodoxia" e a economia da tautologia



JOSÉ LUIS OREIRO

O recrudescimento da crise financeira internacional a partir de setembro de 2008 produziu um acirramento do debate a respeito do modelo macroeconômico brasileiro. De um lado, os economistas keynesianos defendem que o Brasil siga o exemplo dado por quase todos os países do mundo e adote políticas monetária e fiscal mais expansionistas com o objetivo de minimizar o efeito da crise internacional sobre o crescimento da economia brasileira. Uma observação se faz necessária quanto ao "campo keynesiano": não há uniformidade de opinião entre esses economistas a respeito do mix adequado de expansão monetária e expansão fiscal. Alguns defendem uma vigorosa expansão fiscal com base no argumento de que, na atual configuração política do governo Lula, mudanças na condução da política monetária não são possíveis porque implicariam em mudança na diretoria do Banco Central, o que estaria descartado a priori pelo presidente da República. Outros defendem uma expansão fiscal mais moderada, focada apenas na manutenção e eventual ampliação dos gastos de investimento do governo, e uma mudança imediata na política monetária, com forte redução das taxas de juros.

O lado "ortodoxo" recentemente redescobriu a "especificidade" da economia brasileira, numa surpreendente aceitação de uma das premissas fundamentais do pensamento cepalino, argumentando que o que funciona acima da linha do Equador não vale para o Brasil. Para os ortodoxos, uma expansão fiscal irá resultar apenas num aumento do déficit em conta corrente, agravando assim o desequilíbrio externo da economia brasileira. Como resultado do aumento desse desequilíbrio haverá um aumento do risco-país, aumentando assim a taxa de juros "externa" para os tomadores de empréstimos do Brasil no exterior. Num contexto de ampla mobilidade de capitais, o aumento da taxa de juros "externa" deverá produzir uma redução do fluxo de capitais para o país, produzindo assim uma maior desvalorização da taxa de câmbio e obrigando o Banco Central a aumentar a taxa de juros para manter a inflação dentro das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional. O aumento da taxa de juros irá levar a uma redução do investimento e, dessa forma, a uma redução do crescimento da economia brasileira.

A posição "ortodoxa" fundamenta-se na aplicação daquilo que podemos denominar da "economia da tautologia", ou seja, a tentativa de se deduzir relações de causa e efeito de simples identidades contábeis, as quais são verdadeiras por definição, mas não permitem a inferência de relações de causalidade a não ser que se adicione às mesmas certos pressupostos teóricos. Os economistas "ortodoxos" raramente explicitam a natureza de suas hipóteses teóricas, querendo passar ao leitor leigo em economia a idéia errônea de que os princí-

pios de política econômica por eles advogados teriam a natureza de "verdades auto-evidentes", cuja contestação só é feita por economistas de segunda categoria.

O argumento de que o desequilíbrio externo é decorrência do "desequilíbrio fiscal" baseia-se numa identidade contábil segundo a qual a diferença entre a absorção doméstica, ou seja, a demanda de bens e serviços por parte dos residentes no país, e o PIB é necessariamente igual ao déficit em conta corrente. A partir dessa identidade contábil, os "ortodoxos" afirmam que um aumento da diferença entre a absorção doméstica e o PIB real, causada, por exemplo, por uma expansão fiscal, irá resultar num aumento do déficit em conta corrente.

Nesse raciocínio estão implícitas algumas hipóteses teóricas não explicitadas pelos "ortodoxos". Em primeiro lugar, parte-se de idéia de que o déficit em conta corrente é a variável de resultado do sistema, ao invés de ser a variável "causadora" do mesmo. Em outras palavras, o argumento "ortodoxo" pressupõe que o déficit em conta corrente se ajuste à diferença entre a absorção doméstica e o PIB real, e não o contrário. Em segundo lugar, o argumento "ortodoxo" pressupõe que a economia esteja operando com um nível de produto igual ao potencial, e que a elasticidade de longo prazo do produto potencial às variações da demanda agregada seja próxima de zero.

Dadas essas hipóteses, um aumento dos gastos do governo irá resultar necessariamente num aumento do diferencial entre a absorção doméstica e o PIB, querendo assim um aumento do déficit em conta-

corrente para o reequilíbrio do sistema. Esse aumento do déficit em conta corrente será obtido por intermédio de uma apreciação da taxa real de câmbio.

O que acontece com o raciocínio exposto acima se as premissas teóricas sobre as quais se baseia o argumento "ortodoxo" não forem válidas?

Primeiramente devemos observar que a identidade contábil mencionada anteriormente admite uma outra interpretação. A partir da mesma podemos dizer que um aumento exógeno do déficit em conta corrente irá resultar num aumento do diferencial entre a absorção doméstica e o PIB. Nesse caso, a variável de ajuste será o PIB, ou seja, o PIB deverá se reduzir para acomodar um maior déficit em conta corrente!

O reequilíbrio do sistema pode ser obtido tanto por uma queda do PIB quanto por intermédio de expansão fiscal, ampliando a absorção

Observe, caro leitor, que uma expansão fiscal, nesse contexto, é necessária para impedir a queda do PIB resultante do aumento do déficit em conta corrente, uma vez que o reequilíbrio do sistema pode ser obtido tanto por uma queda do PIB quanto por intermédio de um aumento da absorção doméstica, induzida por uma expansão fiscal.

Para que essa segunda interpretação da identidade contábil prevaleça sobre a pri-

meira é necessário que o PIB real seja uma variável endógena, tanto no curto como no longo prazo. Aqui nos deparamos com a "última linha de defesa" da posição "ortodoxa". Para os "ortodoxos" a economia não só opera, no longo prazo, com plena utilização de recursos, como ainda, e mais importante, o "produto potencial" ou a "taxa natural de crescimento" são inelásticos com respeito a demanda agregada.

A hipótese de plena utilização de recursos é facilmente contestável, ainda mais em economias, como a brasileira, que possuem "excesso estrutural" de força de trabalho. Além disso, o grau de utilização da capacidade produtiva na indústria numa economia como a brasileira flutua historicamente em torno de um patamar entre 83% a 85%. Apenas durante o "milagre econômico brasileiro" é que se pôde constatar a plena utilização da capacidade da indústria, quando ela bateu o patamar de 95%.

Quanto a inelasticidade do produto potencial com respeito à demanda agregada, num trabalho publicado no Encontro da Anpec de 2007, o autor desse artigo mostrou que existem fortes evidências empíricas a respeito da endogeneidade da taxa natural de crescimento da economia brasileira. Nossas estimativas mostram que essa pode flutuar entre 5% a 8% ao ano, dependendo do crescimento da demanda agregada.

José Luis Oreiro é professor do Departamento de Economia da UnB, pesquisador nível I do CNPq e membro da Associação Keynesiana Brasileira. E-mail: jlcoreiro@terra.com.br. Web: www.joseluisoreiro.ecn.br

Cartas de Leitores

Correspondências para Av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

GNV

"Porque gerar energia elétrica com gás natural a um custo tão elevado? R\$ 26 milhões/semana! Para ajudar nossos vizinhos? Para manter termoeletrônicas ligadas que geram meia dúzia de empregos. Nesse momento de recessão global necessitamos manter as atividades econômicas em atividade, para a geração ou no mínimo a manutenção dos postos de trabalho. Porque não reverter esse recurso, que será gasto para manter as termoeletrônicas em atividade, para incentivar a indústria do gás natural veicular (GNV), que emprega milhares de pessoas direta e indiretamente, desde os postos de combustíveis, oficinas especializadas em conversão e manutenção, organismos de inspeção veicular, indústria de autopeças, equipamentos eletrônicos, cilindros de aço, etc.

Por que não incentivar o uso de GNV, que polui menos, que pode aliviar os efeitos à saúde causado pela emissão poluente gerados na queima dos combustíveis líquidos? Está na hora dos membros dos poderes Executivo e Legislativo repensarem as políticas energéticas do país, com foco no crescimento econômico de toda uma cadeia produtiva envolvida na utilização do GNV."

MAURÍCIO MAGALHÃES mauricio.mercosider@terra.com.br

Battisti no Brasil

"Para quem é minimamente informado, não causou nenhuma surpresa o fato do ministro da Justiça, Tarso Genro, haver concedido status de refugiado político ao ex-terrorista italiano Cesare Battisti, preso no Brasil desde março de 2007, cuja extradição estava sendo pleiteada pelo governo da Itália, onde ele foi condenado a prisão perpétua, após responder por quatro assassinatos cometidos na década de 70, entre os quais o do ex-primeiro-ministro Aldo Moro."

JÚLIO FERREIRA julioferreira.net@gmail.com

Governo de São Paulo

"Deu a louca no governo do Estado de São Paulo, onde a principal meta é a arrecadação: cobrar multa de trânsito até de quem já não tem mais carro, além das instalações de diversos radares móveis escondidos em toda cidade de São Paulo. Apesar das altas taxas de licenciamento de veículos que pagamos, instalam pedágios privatizados em várias localidades."

ANTONIO DE SOUZA D'AGRELLA antonioagrella@yahoo.com.br

Momento para se experimentar

Até agora as medidas estão limitadas a garantias públicas aos mercados financeiros.

Por Dani Rodrik

A economia mundial entra em 2009 com mais incertezas (e ansiedade) do que em qualquer outro momento da história recente. Embora a crise financeira pareça estar contida nos Estados Unidos e Europa, suas repercussões totais ainda não ficarão claras por algum tempo. Os países avançados estão no pior momento econômico desde a Grande Depressão. Então, qual será a duração e profundidade desta recessão e até que ponto atingirá os países emergentes e em desenvolvimento?

Não temos respostas a essas perguntas, em parte porque as consequências dependerão das ações que as autoridades políticas tomarem. As respostas corretas assegurarão que a economia mundial possa começar a recuperar-se no fim de 2009. Por outro lado, escolhas políticas infelizes na melhor hipótese adiarão a recuperação, e na pior causarão danos permanentes. Segue, aqui, uma lista de pontos a serem observados.

Será que a resposta dos EUA será "ousada" o suficiente? Barack Obama prometeu que será, repetindo pelo menos uma parte da famosa declaração de Franklin D. Roosevelt (FDR) em defesa de uma "experimentação ousada e persistente" no auge da Grande Depressão, em 1932. Obama possui um grupo de economistas de primeiro nível a seu lado, garantia de que não fará nenhuma tolice. As circunstâncias nos EUA, contudo, são excepcionais o suficiente para que ele precise ter assessores dispostos a tentar novas idéias, idéias ainda não comprovadas — em outras palavras, uma experimentação "a la FDR".

Em particular, ele precisará ir além de políticas de estímulo fiscal keynesianas para curar as feridas profundas da confiança econômica, nas quais estão as raízes da atual crise. Até agora, as medidas para revigorar a confiança vêm sendo limitadas aos mercados financeiros, por meio de garantias públicas, apoio à liquidez e injeções de capital.

É improvável, no entanto, que trabalhadores receosos com demissões saiam por aí gastando, independente de quanto dinheiro os estímulos fiscais colocarem em seus bolsos. Da mesma forma que os bancos estão acumulando dinheiro, as pessoas físicas tentarão preservar sua situação, economizando. Portanto, incentivos voltados diretamente a preservar o emprego terão de ser uma parte da solução.



Será que a Europa conseguirá organizar-se para agir com mais eficiência? Este poderia ser o momento da Europa. Afinal, a crise originou-se nos EUA e deixou a política do país focada em seus problemas domésticos, abrindo espaço aos outros para ocupar uma liderança mundial. Em vez disso, a crise revelou as profundas divisões dentro da Europa — em tudo, desde regulamentação financeira até a resposta política necessária.

A Alemanha demora-se em estímulos fiscais, frustrando o que deveria ser a segunda perna de um plano de ações fiscais coordenadas mundialmente. Se a Europa quiser fazer sentir seu peso no cenário mundial, terá de agir com mais unidade de propósitos e arcar com uma maior parte da responsabilidade. Infelizmente, o melhor que se pode esperar neste estágio é que a Europa não atrapalhe o estímulo fiscal mundial, algo que até o FMI, guardião da ortodoxia fiscal, considera absolutamente essencial.

A China conseguirá manter-se coesa? Apesar de uma resposta fraca dos EUA ser o maior risco no lado econômico, o que acontecer na China pode muito bem ter consequências mais duradouras e profundas no quadro histórico mais amplo. Como a China é um país de enormes tensões e segmentações escondidas, em tempos econômicos difíceis esses problemas poderiam emergir em conflitos abertos.

Especialistas em China diferem sobre o índice de crescimento econômico necessário para criar emprego para os milhões de chineses que se mudam para áreas urbanas do país a cada ano. É praticamente certo, porém, que a China não atingirá esse nível em 2009. Isto explica o fluxo quase contínuo de medidas emanando de Pequim nestes dias: aumento dos gastos públicos, afrouxamento monetário,

conversibilidade parcial do yuan para incentivar o comércio com países vizinhos e por aí segue. Será que isto será suficiente para conter a desaceleração em uma economia que ficou fisgada à demanda externa nos últimos anos?

As autoridades precisam enfrentar a realidade de que regulamentações nacionais e mercados internacionais estão conectados

Caso as tensões sociais intensifiquem-se, o governo chinês deverá responder com maior repressão, o que não cairá nada bem para suas relações com o Ocidente e para sua estabilidade política no médio prazo. A experiência mostra que as democracias têm vantagem em relação aos regimes autoritários no que se refere a lidar com as consequências posteriores de crises. As democráticas Índia (em 1991) e Coreia do Sul (em 1997/98) conseguiram recuperar suas economias com rapidez, enquanto o Chile de Pinochet (em 1983) e a Indonésia de Suharto (em 1997/1998) afundaram-se cada vez mais na lama.

Regimes autoritários carecem das instituições para administrar conflitos que as democracias proporcionam. As tensões, portanto, transpam para as ruas e tomam a forma de manifestações e protestos. Não importa como a liderança chinesa responder, as gerações futuras poderão lembrar-se de 2009 mais pelas profundas transformações que provocou na China do que pela crise financeira e econômica mundial.

Haverá cooperação econômica mundial suficiente? Quando as necessidades

domésticas tornam-se primordiais, a cooperação econômica mundial sofre. Os custos do protecionismo comercial e financeiro, no entanto, são especialmente altos em momentos assim. A Grande Depressão foi agravada pelas barreiras comerciais que os países impuseram para proteger o emprego doméstico. Da mesma forma, repetir a dose seria uma tentação desta vez. E os bancos — sejam explicitamente estatizados ou não — estarão sob pressão para priorizar os captadores de empréstimos domésticos.

Até agora, o FMI reagiu com vigor recém-descoberto, criando uma linha de crédito de curto prazo, altamente necessária, que até poderá ter de ser ampliada caso a pressão sobre os países emergentes aumente. A Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto isso, desperdiçou um tempo valioso na irrelevante Rodada de Doha. Deveria ter focado seus esforços em monitorar e colocar em prática o compromisso do G-20 de não levantar barreiras comerciais.

As autoridades políticas precisam livrar-se das noções predominantes e esquecer dicotomias inúteis como "mercado versus governo" ou "Estado-nação versus globalização". Precisam enfrentar-se com a realidade de que as regulamentações nacionais e os mercados internacionais estão conectados inextricavelmente — e precisam de — um ao outro. Quanto mais pragmática e criativamente agirem, mais cedo a economia mundial se recuperará.

Dani Rodrik, professor de Economia Política na Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade Harvard, é o primeiro ganhador do Prêmio Albert O. Hirschman, do Social Science Research Council. © Project Syndicate/Europe's World, 2009. www.project-syndicate.org